



Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras 2015

CNPJ/MF 08.336.804/0001-78

NIRE: 42.3.0003076-7

Inscrição Estadual: 255.267.177



Sumário

Mensagem da Administração	3	6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros	48
1. Apresentação	4	7. Caixa e Equivalentes de Caixa	48
2. Perfil Empresarial	4	8. Contas a Receber de Clientes	49
3. Desempenho Operacional	7	9. Tributos a Recuperar	50
4. Investimentos	10	10. Investimentos	50
5. Meio Ambiente	11	11. Imobilizado	53
6. Desempenho Econômico e Financeiro	15	12. Intangível	55
7. Perspectivas	17	13. Tributos e Contribuições Sociais	56
8. Diretoria Executiva	17	14. Transações com Partes Relacionadas	57
9. Conselho de Administração	18	15. Taxas Regulamentares	58
10. Conselho Fiscal	18	16. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	59
11. Balanço Social	19	17. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais	62
Balanços Patrimoniais	22	18. Patrimônio Líquido	63
Demonstrações de Resultados	24	19. Seguros	65
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	25	20. Receitas	66
Demonstrações do Resultado Abrangente	26	21. Custos e Despesas Operacionais	67
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	27	22. Resultado Financeiro	70
Demonstrações do Valor Adicionado	28	23. Evento Subsequente	71
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	29	Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras	73
1. Contexto Operacional	29	Manifestação do Conselho de Administração	75
2. Base de Preparação	33	Parecer do Conselho Fiscal	76
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis	34	Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	77
4. Gestão de Risco Financeiro	44	Declaração dos Diretores Sobre o Relatório dos Auditores Independentes	78
5. Instrumentos Financeiros por Categoria	47		

Mensagem da Administração

Em 2015, a Celesc Geração viveu bons momentos. Seguramente, o maior deles foi o êxito em leilão promovido pela ANEEL, em que retomou a concessão para explorar os serviços de geração das PCHs Garcia, Bracinho, Salto, Palmeiras e Cedros, que somam potência instalada de 63,2MW, por mais 30 anos. No período, a empresa também obteve a autorização da ANEEL para repotenciação da Usina Celso Ramos, cuja potência instalada passará de 5,4MW para 12,8 MW, com concessão prorrogada por 20 anos, e retomou o planejamento de expansão das usinas Salto e Cedros, bem como a construção das CGHs Pinhal e Rio Bonito. Tais projetos representam acréscimo de 36,3MW da sua capacidade de geração própria. O volume de investimentos próprios foi 36% superior ao realizado em 2014, com destaque para a automação da Usina Salto e a conexão da PCH Celso Ramos à rede de distribuição da Celesc Distribuição para alimentação dos sistemas auxiliares, que possibilitou o comando de partida remota das unidades geradoras pelo Centro de Operação da Geração. Para 2016, estão previstas obras de automação das Usinas Bracinho, São Lourenço, Rio do Peixe e Pirai e as adequações finais para a operacionalização do Centro de Operação da Geração – COG.

Em conjunto com investidores privados, por meio das Sociedades de Propósito Específico – SPE, foram iniciadas as obras da PCH Garça Branca, localizada no Extremo Oeste de Santa Catarina. Com potência de 6,5 MW e investimentos de R\$40 milhões, a usina deve ficar pronta no segundo semestre de 2016. Também foram realizados investimentos para finalização da construção da PCH Xavantina, além de reforço no caixa do complexo Rio das Flores.

Resultado da boa afluência e do aumento da disponibilidade das suas 12 usinas, em 2015, a empresa produziu 67,4 megawatts médios de energia elétrica. O montante é 7,8% maior do que a geração verificada em 2014.

Na área de meio ambiente, as principais ações envolveram a conservação de uma estação ecológica; a aquisição de equipamentos de proteção para evitar danos à natureza; o georreferenciamento das usinas próprias; a destinação de resíduos; o monitoramento hidrológico e a medição de campos elétrico e magnético.

Com essas ações, a Celesc Geração continua fortalecendo seu posicionamento no segmento de geração. O detalhamento neste Relatório de Administração demonstra que a empresa cumpre o seu planejamento estratégico, para contribuir com a sustentabilidade do grupo empresarial e consolidar a Celesc como um grande player de mercado.

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

1. Apresentação

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Geração S.A. – Celesc G, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, denominado *International Financial Reporting Standards – IFRS*, consubstanciado na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, pelos pronunciamentos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelas normas específicas aplicáveis as concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. Perfil Empresarial

A Celesc G é a subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, que responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Celesc G, atualmente formado por doze usinas hidrelétricas de propriedade integral da empresa e cinco usinas hidrelétricas desenvolvidas em parceria com investidores privados.

O parque de geração própria possui 114,17 MW de potência instalada, conforme quadro a seguir:

Geradora	Localidade	Garantia Física (MW)	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	16,70	24,60	07/11/2046
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	8,80	15,00	07/11/2046
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	7,10	8,92	05/01/2046
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	6,75	8,40	07/11/2046
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	3,99	6,28	07/11/2046
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	3,80	12,82	17/03/2035(ii)
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	14,08	30,00	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	2,77	3,83	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,03	2,60	(i)
Piraí – Rio Piraí	Joinville/SC	0,45	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,22	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,50	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		67,19	114,17	

(i) Usinas com potência inferior a 3 MW estão dispensadas do ato de concessão.

(ii) Prazo de Concessão condicionado à entrada em operação comercial das UGs 03 e 04 até 23/11/2021

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 1 – Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc Geração

A Lei Federal nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, alterou o enquadramento de pequenas usinas de geração hidrelétrica com até 3,0 MW de potência instalada, que passaram a ser classificadas como Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH. A Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.362/2015 extinguiu a concessão da CGH Ivo Silveira, permitindo à Celesc G efetuar o registro da usina de acordo com o novo enquadramento.

Em 2015, a Celesc G obteve, por meio da Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.078, de 17 de março de 2015, o ato autorizativo para repotenciação da Usina Celso Ramos, cuja potência instalada passará de 5,4 MW para 12,82 MW e, conseqüentemente, com concessão prorrogada por 20 anos, nos termos da Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Em 25 de novembro de 2015, a Celesc G participou e obteve êxito no leilão nº 12/2015 da ANEEL, retomando a concessão para explorar os serviços de geração das PCHs Garcia, Bracinho, Salto, Palmeiras e Cedros por mais 30 anos, a partir da assinatura do contrato que ocorreu em 05 de janeiro de 2016. Também retomou o planejamento de expansão das usinas Salto e Cedros e a construção das CGHs Pinhal e Rio Bonito, nas barragens de acumulação das PCHs Palmeiras e Cedros.

No quadro a seguir, estão listados os projetos de expansão no parque próprio:

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Acréscimo da Potência (MW)	Potência Final (MW)
PCH Celso Ramos*	5,4	7,2	12,8
PCH Salto	6,3	23,7	30,0
PCH Cedros	8,4	3,6	12,0
CGH Pinhal	-	1,0	1,0
CGH Rio Bonito	-	0,8	0,8
Subtotal	20,10	36,30	56,60

* Potência Final conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.078/2015

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 2 – Projetos de Expansão da Geração - Parque próprio Celesc G

Após a conversão da MP nº 579/12 na Lei Federal nº 12.783/13, identificou-se uma possível interpretação legal para as usinas que seriam afetadas pelo regime de cotas, mas que ainda não tivessem alcançado 60 meses para o término do prazo de concessão, na qual seria possível a prorrogação por até 20 anos o prazo de concessão, caso fosse aprovado o projeto de ampliação das usinas nesta condição.

A partir disso, evoluiu-se com interlocuções junto à ANEEL, que culminaram com a emissão do Parecer 0353/2013/PGE-ANEEL/PGF/AGU, Nota Técnica nº 53/2015-SCG/ANEEL e por fim, em 17 de março de 2015, a Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL, que autorizou a ampliação para 12,82 MW a potência instalada da PCH Celso Ramos e a prorrogação da concessão por um prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada a entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão. Em 03 de fevereiro de 2016, a Celesc G e a ANEEL assinaram o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de uso do bem público nº 006/2013 como objetivo de formalizar a ampliação e a prorrogação da PCH Celso Ramos.

Em 28 de janeiro de 2015, a Celesc G contratou a empresa Geoenergy para realização de serviço de Engenharia do Proprietário para a ampliação da usina. Em 09 de outubro de 2015, foi realizado o lançamento do edital do EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) para construção da usina, com vencimento em 03 de novembro de 2015. Devido à falta de proponentes, o processo foi considerado fracassado. A Celesc G está trabalhando na revisão de projeto e orçamento e pretende lançar novamente nova licitação no primeiro semestre de 2016.

O parque de geração em parceria com investidores privados possui 25,28 MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc nesses empreendimentos é de 7,95 MW de potência instalada, conforme quadro a seguir:

Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente	
				Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Prata					
Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42
PCH Belmonte					
Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,90	0,46
PCH Bandeirante					
Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,75	0,44
PCH Rondinha					
Passos Maia/SC	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Xavantina					
Xanxerê/SC	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total - MW	25,275	14,3		7,95	4,517

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 3 – Novos Empreendimentos em Operação – Participação Minoritária da Celesc G

Em 09 de julho de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.231, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH Xavantina, com capacidade instalada de 3.037,5 kW cada uma, para início da operação em teste a partir de 10 de julho de 2015. A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.991 de 03 de setembro de 2015, autorizou o início da operação comercial a partir de 04 de setembro de 2015.

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,70 MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,18 MW de potência instalada, conforme quadro a seguir:

Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física* (MW)	Participação Celesc G	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)	Estágio do Desenvolvimento
PCH Garça Branca						
Anchieta/SC	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69	Em obras
PCH Painei						
São Joaquim/SC	9,20	4,80	32,5%	2,99	1,56	Em projeto
PCH Campo Belo						
Campo Belo do Sul/SC	10,00	4,13	30,0%	3,00	1,24	Em projeto
Total - MW	25,7	12,37		9,18	4,48	

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 4 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária da Celesc G

Em 24 de março de 2015, a Celesc G assinou contrato de cessão de participação societária com a Casaforte Energia S.A., adquirindo 49% do investimento da Garça Branca Energética S.A.

3. Desempenho Operacional

3.1. Geração de Energia

Em 2015, foram gerados 67,359 Megawatts Médios (MWh médios) pelas doze usinas próprias da Celesc G, o que equivale a 590,05 Gigawatts-hora (GWh). Isso representa o aproveitamento de 63,1% da potência instalada total de 114,17 MW. A energia produzida foi 7,8% maior do que em 2014.

A boa afluência e o aumento da disponibilidade das Unidades Geradoras, garantidos pelo Departamento de Operação e Manutenção, contribuíram positivamente para esse crescimento. O quadro adiante apresenta o desempenho das usinas da Celesc G, em 2014 e em 2015, com produção líquida total.

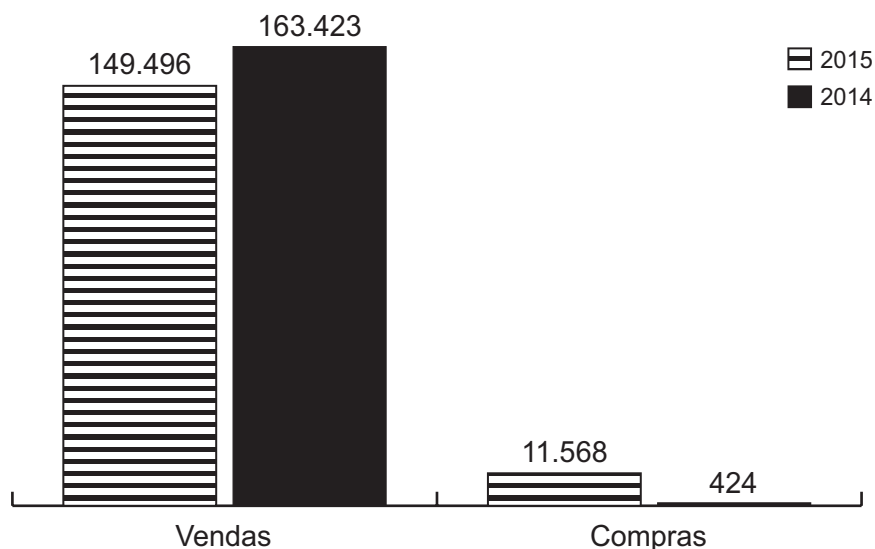
	Desempenho Operacional (MWh)		
	2014	2015	Var. %
PCH Pery	127,64	128,95	1,03%
PCH Palmeiras	127,34	134,33	5,49%
PCH Bracinho	70,62	71,54	1,30%
PCH Garcia	64,54	65,20	1,02%
PCH Cedros	44,95	60,77	35,19%
PCH Salto	15,73	30,05	91,04%
PCH Celso Ramos	36,21	40,75	12,54%
PCH Caveiras	27,99	27,52	-1,68%
PCH Ivo Silveira	21,98	20,73	-5,69%
PCH Pirai	3,97	4,18	5,29%
CGH Rio do Peixe	3,99	3,66	-8,27%
CGH São Lourenço	2,47	2,37	-4,05%
Parque Gerador Próprio	547,43	590,05	7,79%

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 5 – Produção do Parque Gerador

3.2. Comercialização de Energia

Em 2015, a Empresa registrou faturamento global de R\$149 milhões, inferior a 8,5% em relação ao ano de 2014 que registrou R\$163 milhões de faturamento. Em 2015 foram gastos R\$12 milhões na comercialização de energia elétrica adquirida de terceiros, enquanto em 2014 os gastos foram de R\$424 mil. O aumento se deu em razão de novo contrato que iniciou em abril de 2015 com a aquisição de 106 GWh.

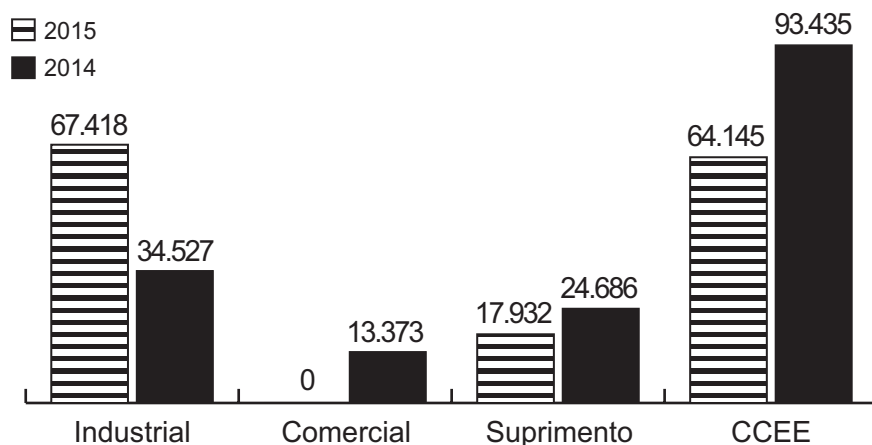


Fonte: DCL/DPCM/DVCM

Quadro 6 – Faturamento e Despesas de Compra

O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de curto prazo (inferiores a 6 meses), adicionada a liquidação na CCEE, resultou em R\$64 milhões em 2015, sendo 31,2% inferior a 2014 que obteve faturamento de R\$93 milhões. Apesar do aumento no volume de energia transacionada comercializada na CCEE, a redução no faturamento foi impactada substancialmente pela redução do PLD (ver Quadro 9).

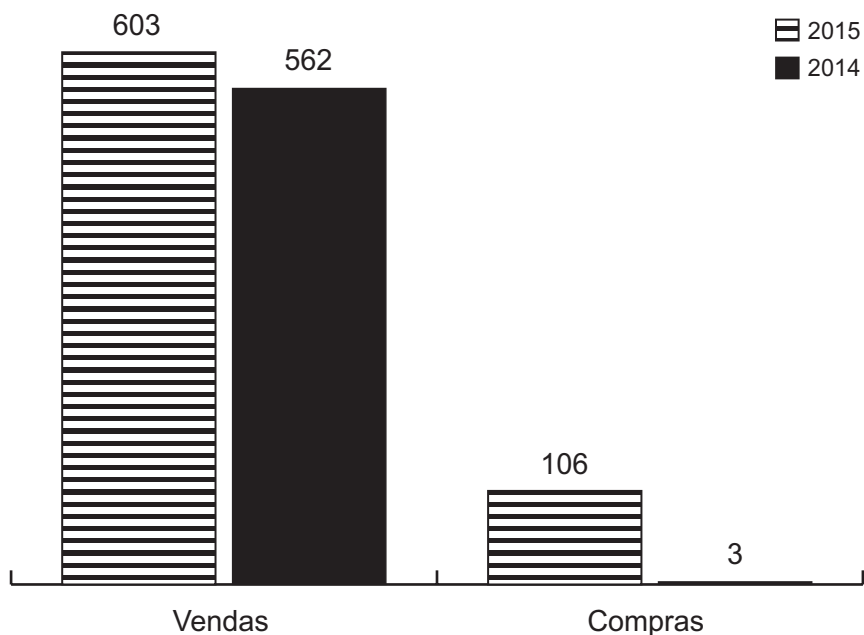
As vendas por classe em 2014 e 2015 apresentaram o seguinte desempenho:



Fonte: DCL/DPCM/DVCM

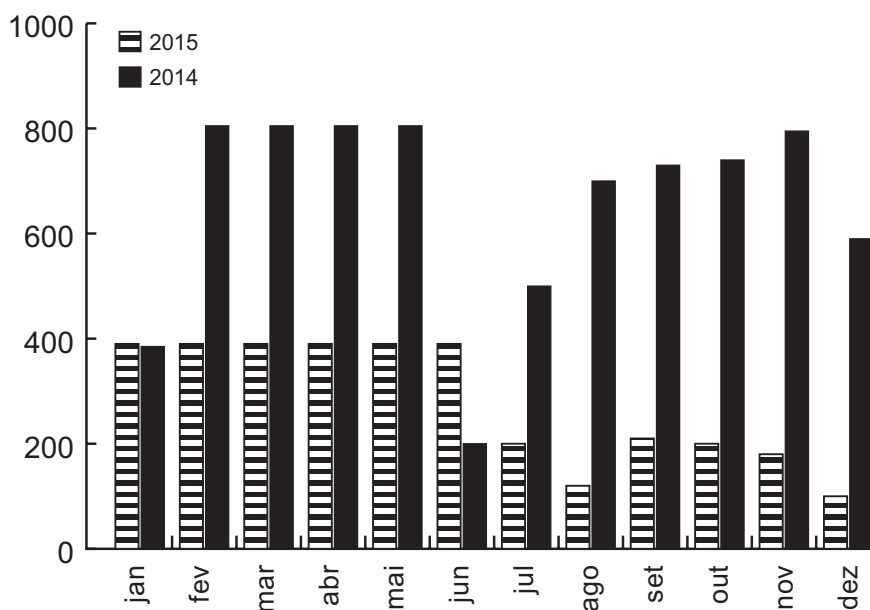
Quadro 7 – Faturamento por Classe

O montante de energia elétrica comercializada em 2015, 603 GWh, foi 7% superior aos 562 GWh registrados em 2014. O montante total de energia comprada em 2015 registrou o total de 106 GWh, superior aos 3 GWh adquiridos em 2014.



Fonte: DCL/DPCM/DVCM

Quadro 8 – Energia Comercializada (GWh)



Fonte: DCL/DPCM/DVCM

Quadro 9 – Preço de Liquidação e Diferenças (R\$/MWh)

4. Investimentos

A Celesc G investiu na modernização e expansão do seu parque gerador, composto por usinas de propriedade integral da Celesc G e usinas em parceria com investidores privados por meio da composição de Sociedades de Propósito Específico – SPE. Em 2015, os investimentos totalizaram R\$14,18 milhões, valor 33,6% superior ao realizado em 2014, quando somou R\$10,62 milhões.

	2015	2014	Varição
Investimentos em SPEs	10.956	5.491	99,53%
Imobilizado/Intangível	3.231	5.130	-37,02%
Total	14.187	10.621	33,57%

Fonte: DEF/DPCO

Quadro 10 – Investimentos Realizados

4.1. Modernização do Parque Gerador Próprio

O principal projeto de modernização do parque gerador da Celesc foi a automação da PCH Salto, com investimentos de R\$1,5 milhão. Com esse projeto foi possível reduzir o elevado custo operacional da usina e tornar mais confiável a operação e a manutenção de suas unidades geradoras.

Também foram investidos R\$262 mil na implantação de rede trifásica para conexão da PCH Celso Ramos à rede de distribuição da Celesc D, com objetivo de reduzir custos operacionais, possibilitando o comando de partida remota das unidades geradoras pelo Centro de Operação da Geração – COG, além de tornar mais confiáveis as ações de operação da PCH.

4.2. Expansão do Parque Gerador Próprio

A Celesc obteve, via Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.078, de 17 de março de 2015, o ato autorizativo para repotenciação da PCH Celso Ramos, cuja potência instalada passará de 5,4 MW para 12,82 MW, por meio da construção de um novo circuito de geração contendo tomada d'água, túnel adutor, casa de força, canal de fuga e subestação exclusiva.

A contratação de empresa para construção da ampliação da usina, com custos de R\$44 milhões, encontra-se em processo licitatório e as obras estão previstas para iniciarem no primeiro semestre de 2016.

Os investimentos realizados em 2015 na expansão do parque próprio, da ordem de R\$1,1 milhão, na ampliação da PCH Pery, cuja operação se deu em outubro de 2013, mas com trabalhos finais nas instalações do complexo estendidos até 2015.

4.3. Empreendimentos em Parcerias com Investidores do Setor

Os investimentos em parcerias com investidores privados foram realizados para finalização da construção da PCH Xavantina e início da construção da PCH Garça Branca, além de reforço no caixa do complexo Rio das Flores, totalizando R\$10,96 milhões.

A PCH Xavantina, de 6,075 MW de potência instalada, localiza-se entre os municípios de Xavantina e Xanxerê, no Oeste de Santa Catarina. A obra iniciou em abril de 2014 e a usina entrou em operação comercial em 4 de setembro de 2015. O orçamento total da obra foi de R\$38,5 milhões, sendo que, em 2015, a Celesc investiu R\$1,82 milhão.

A PCH Garça Branca, de 6,5 MW de potência instalada, localiza-se nos municípios de Anchieta e Guaraçaba, no Extremo Oeste de Santa Catarina. Sua obra teve início em abril de 2015, com previsão de início da operação comercial para o segundo semestre de 2016. O orçamento previsto da obra é de R\$40,2 milhões, sendo que, em 2015, a Celesc investiu R\$8,88 milhões.

Para o Complexo Energético Rio das Flores, formado pelas PCHs Prata, Belmonte e Bandeirante, em virtude dos impactos financeiros causados pela aplicação da *Generation Scaling Factor* – GSF, no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, a Celesc G investiu mais R\$250 mil. O aporte foi proporcional a sua participação acionária.

5. Meio Ambiente

As principais ações na área de Meio Ambiente da Celesc Geração, em 2015, envolveram a conservação de uma estação ecológica; a aquisição de equipamentos de proteção para evitar danos à natureza; o georreferenciamento das usinas próprias; a destinação de resíduos; o monitoramento hidrológico; a medição de campos elétrico e magnético, entre outros, que serão detalhados a seguir.

5.1. Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

A Estação Ecológica do Bracinho, localizada no município Schroeder, abriga um santuário natural de 46 milhões de m². O local preserva uma faixa de Mata Atlântica e não recebe visita pública. Em sua área de abrangência, com relevo acidentado, há duas nascentes: os rios Bracinho e Piraí. A manutenção

visa proteger a flora e a fauna do local, uma das regiões mais preservadas do norte de Santa Catarina. Outro objetivo simultâneo é a preservação do regime hidrológico dos rios locais, visando abastecimento regular das represas que atendem às usinas hidrelétricas da região. Toda a delimitação da área pertencente à concessão foi realizada por meio do projeto Sistema de Informações Geográficas – SIG da Celesc Geração.

5.2. Compra de kits de proteção ambiental

Derramamentos de óleo e seus derivados podem causar sérios problemas se não forem devidamente contidos, com danos ao meio ambiente até eventuais multas. Visando a proteção ambiental, no ano de 2015 foram adquiridos kits para contenção de vazamentos de óleo, disponíveis em todas as 12 usinas próprias da Celesc Geração. Cem por cento dos empregados da Celesc G e da operação de usinas, bem como terceirizados, foram treinados e estão aptos para manusear os kits e lidar corretamente com os resíduos.

Até então, os pequenos vazamentos de óleo que ocorriam durante a manutenção de máquinas das usinas eram contidos com estopas, material com baixa absorção do óleo e muita retenção de água, o que fazia com que o resíduo pesasse mais, aumentando os custos com descarte.

Diante disso, optou-se por materiais mais eficazes na contenção de óleo e seus derivados, denominada linha branca, fabricada em polipropileno e material hidrofóbico, ou seja, que não absorve água. Além disso, esse material não propaga fogo, flutua na água e absorve até vinte vezes o próprio peso. Para que esses produtos fossem adequados à realidade da empresa, criaram-se kits com mantas, cordões e travesseiros. As mantas são ideais para derramamentos maiores, possibilitando contenção rápida e fácil do vazamento de óleo. Os cordões são utilizados para que o derramamento não se alastre e possa ser contido de forma ágil e eficaz. Os travesseiros são ideais para casos em que os vazamentos são constantes, em forma de gotejamento.

Sacos plásticos, turfa, óculos de proteção, roupa de proteção, pá antifaísca – todos acondicionados em um container de 1.000 litros –, também fazem parte do kit de proteção ambiental. Os sacos plásticos são necessários para o descarte dos resíduos gerados. A turfa é um absorvente natural de óleos e derivados 100% biodegradável, utilizada para casos em que os vazamentos de óleo ocorrem diretamente sobre o solo. Os óculos e a roupa de proteção são indispensáveis para a segurança de quem vai manusear os produtos em contato com o óleo.

5.3. Projeto Sistema de Informações Geográficas – SIG

No primeiro trimestre de 2015, foi concluído o levantamento dos dados espaciais das temáticas ambientais e do patrimônio imobiliário da Celesc Geração, em atendimento à Resolução nº 501/2012 da ANEEL. Todos os dados levantados estão disponíveis em uma plataforma interna, que permite aos usuários da Celesc G pesquisá-los conforme necessidade. A plataforma tem três módulos: um para Gestão Patrimonial, um referente à Resolução nº 501/2012 da ANEEL e outro de Meio Ambiente. Em cada módulo, os dados são separados de acordo com as 12 usinas concedidas à Celesc Geração. Com essa solução técnica, tornou-se mais fácil a gestão e o controle, bem como os padrões de mapeamento das áreas vinculadas às concessões de usinas hidrelétricas.

5.4. Destinação de Resíduos

Foram encaminhados 1.940 kg de baterias inservíveis provenientes das Usinas Garcia, Caveiras, Pery, Celso Ramos, Rio do Peixe e Ivo Silveira para a destinação final ambientalmente adequada.

Além disso, foi utilizado o método **Bulbox** para disposição final de 160 lâmpadas, que consiste em retirar os gases de mercúrio por meio de um filtro de carvão ativado. O sistema também tritura as lâmpadas das quais foi retirado o mercúrio e o resíduo final é classificado como classe II-A, não-perigoso, não-inerte, segundo a NBR 10.004/2004.

Ainda em 2015, contratou-se uma empresa para descartar os resíduos de óleo, estopas e materiais contaminados com PCB estocados nas usinas da Celesc G. No momento, a empresa vencedora da licitação apresentou os planos de trabalho e está aguardando o licenciamento ambiental para execução do serviço. A empresa contratada irá destinar corretamente 14.687 kg de óleo; 2.325 kg de estopas e 15.898 kg de equipamentos.

5.5. Monitoramento Hidrológico

A Celesc G possui 25 estações de monitoramento hidrológico nas usinas e barragens, para as quais foram refeitos todos os projetos e adquiridos novos equipamentos, cuja instalação deverá ser concluída em 2016. Além de modernizar e trazer mais confiabilidade ao monitoramento do volume de chuvas e níveis dos rios, esse projeto atende à Resolução conjunta ANA/ANEEL nº 03/2010.

Em 2015, foi contratada uma nova empresa para realizar o monitoramento das estações hidrometeorológicas da Celesc Geração. Todos os meses, uma equipe de campo realiza inspeções nas estações de todas as usinas da Celesc, com objetivo de verificar suas condições operacionais e realizar manutenção preventiva e corretiva, quando necessário. A equipe também é responsável pela medição de descarga líquida (vazão) e descarga sólida (sedimentos), além de coleta para análise da qualidade da água em dois reservatórios (Barragem Caveiras e Barragem Rio Bonito).

5.6. Medição de Campos Elétricos e Magnéticos

As resoluções da ANEEL nº 398/2009 e 616/2014 determinam a todos os agentes de geração, transmissão e distribuição responsáveis por instalações com tensão igual ou superior a 138 quilovolts (kV), o encaminhamento de relatório das medições dos campos elétrico e magnético ao órgão regulador.

Para tanto, a Celesc G contratou, em 2015, uma empresa para a realização da medição dos campos elétrico e magnético da Subestação Pery II – Curitiba e da Linha de Transmissão 138 kV Pery – Curitiba, pois são as únicas instalações com tensão igual ou superior a 138 kV pertencentes à Celesc G.

Realizados os serviços, o relatório das medições foi encaminhado à ANEEL, em cumprimento ao estabelecido nas resoluções.

5.7. Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Seguindo o disposto na Lei Federal nº 12.305/2010, a Celesc G elaborou os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de todas as usinas. Para tal, foi realizado um diagnóstico dos resíduos gerados na operação das unidades, bem como a identificação dos responsáveis pelas etapas do gerenciamento dos resíduos. Com a medi-

da, está sendo implantado um adequado gerenciamento das etapas de geração, segregação, armazenamento e destinação final ambientalmente adequada.

Também está em implantação um sistema de controle dos resíduos gerados para ser preenchido pelos operadores das usinas. Com isso, pretende-se identificar a quantidade gerada e, assim, a frequência com que os resíduos devem ser retirados. Para a maior efetividade dos Planos, todos os operadores passaram por treinamentos, com o seguinte conteúdo:

- » Conteúdo do Plano: atendimento à legislação federal, etapas do gerenciamento dos resíduos e objetivos;
- » Informações acerca da legislação federal e normas técnicas que dizem respeito aos resíduos sólidos;
- » Classificação dos resíduos gerados;
- » Descrição dos processos de segregação, manuseio, armazenamento e destinação final adequada de resíduos e rejeitos;
- » Formas de destinação final adequada;
- » Informações acerca da aquisição de equipamentos, materiais e obras civis necessárias;
- » Segurança no manuseio e descarte de resíduos perigosos;
- » Providências para registro e coleta de resíduos.

5.8. Outorgas de Uso de Água

Segundo a Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, aproveitamentos para potenciais hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que garante controle quantitativo e qualitativo dos usos múltiplos da água. As usinas Pery, em Curitiba, e Celso Ramos, em Faxinal dos Guedes, já possuem outorgas de uso de água, o que assegura a disponibilidade hídrica para cada empreendimento. A usina Pery tem sua outorga garantida até o ano de 2017, enquanto a Celso Ramos tem sua outorga até 2035. Para as demais usinas, as outorgas estão em fase de regularização junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS.

5.9. Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Em 2015, o cadastro da Celesc G junto ao IBAMA foi atualizado, incluindo a atividade de transmissão de energia, relativa à Linha de Transmissão 138 kV Pery – Curitiba. Segundo os dados disponíveis, a Celesc G está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais a respeito das atividades desenvolvidas sob o controle e fiscalização do IBAMA, por meio do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

5.10. Sistema Eletrônico para Controle de Movimentação de Resíduos e Rejeitos – MTR

Por meio da Lei nº 15.442/2011, a Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – FATMA, implantou o Sistema Eletrônico para Controle de Movimentação de Resíduos e Rejeitos – MTR, que trata dos resíduos internos em Santa Catarina. O sistema prevê que todas as empresas geradoras de resí-

os industriais estejam cadastradas, bem como as empresas responsáveis por transportar e destinar os resíduos corretamente. Tal sistema permite ao órgão ambiental um panorama geral acerca da quantidade de resíduos produzidos, bem como local de origem e destino final.

A Celesc G está devidamente registrada no sistema da FATMA, na categoria Gerador. Além de manter o cadastro atualizado em 2015, o sistema foi usado para produção do Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos dos materiais transportados da usina Piraí, em Joinville, até um aterro industrial em Blumenau. O Manifesto permite rastreabilidade de todo o resíduo gerado, garantindo que seja encaminhado para o local correto, no qual o aterro industrial ficará responsável pela sua destinação ambientalmente correta.

6. Desempenho Econômico e Financeiro

6.1. Indicadores

O Lucro Líquido apurado em 2015 foi de R\$33,7 milhões, sendo inferior em 66,9% ao registrado no ano de 2014, que totalizou em um lucro de R\$101,6 milhões, em função tanto da redução de 10,79% da receita operacional líquida quanto da provisão do teste de *impairment* no valor líquido de R\$17,8 milhões.

Dados Econômico-Financeiros	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	AH
Receita Operacional Bruta - ROB	149.496	163.423	-8,52%
Receita Operacional Líquida - ROL	133.897	150.088	-10,79%
Resultado das Atividades	34.532	133.862	-74,20%
EBITDA	97.269	184.683	-47,33%
EBITDA Ajustado	104.029	128.499	-19,04%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	72,64%	123,05%	-50,41 p.p.
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	77,69%	85,62%	-7,93 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	25,13%	67,69%	-42,56 p.p.
Resultado Financeiro	16.767	10.621	57,87%
Ativo Total	424.070	436.788	-2,91%
Imobilizado	174.805	232.294	-24,75%
Patrimônio Líquido	372.169	351.334	5,93%
Lucro Líquido	33.654	101.600	-66,88%

p.p. pontos percentuais

Fonte: DEF/DPCO

Quadro 11 – Investimentos Realizados

A Celesc G encerrou o exercício de 2015 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$149,5 milhões, inferior 8,52% em relação a 2014 de R\$163,4 milhões. Este resultado é atribuído a oscilação no Preço de Liquidação das Diferenças – PLD ocorrido em 2015, que alcançou o teto máximo de R\$388,48 MWh e o mínimo de R\$145,09, enquanto que no ano de 2014 o máximo alcançado foi de R\$822,83 MWh e o mínimo de R\$206,12 MWh.

A movimentação do Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização –EBITDA/LAJIDA está detalhada a seguir:

	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Conciliação do EBITDA - R\$MIL		
Lucro Líquido	33.654	101.600
IR e CSLL Corrente e Diferido	17.645	42.883
Resultado Financeiro	(16.767)	(10.621)
Depreciação e Amortização	62.737	50.821
EBITDA	97.269	184.683
Provisão Teste <i>Impairment</i> PCHs	29.895	14.253
Reversão Teste <i>Impairment</i> PCHs	(12.056)	(43.923)
Reversão da Provisão para Perdas do Imobilizado	(11.079)	(26.514)
(=) EBITDA Ajustado	104.029	128.499

Fonte: DEF/DPCO

Quadro 12 – Investimentos Realizados

Em 2015, a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, foi inferior a 2014 e totalizou R\$104,0 milhões, decréscimo de 19,04% em relação aos R\$128,5 milhões apurados no ano anterior.

O Resultado das Atividades em 2015 foi de R\$34,5 milhões teve uma redução de 74,20% em relação a 2014 quando o resultado alcançado foi de R\$133,9 milhões. A variação deve-se ao aumento da despesa de depreciação com a Unitização da PCH Pery, a provisão para perda de recuperabilidade de ativos e a redução do PLD que impactou diretamente na receita bruta.

O Resultado Financeiro líquido de 2015 foi de R\$16,8 milhões, representando um aumento de 57,9% em relação a 2014 que foi de R\$10,6 milhões. Essa variação é explicada pela receita financeira no contrato de mútuo celebrado ente a Celesc G e a Celesc Distribuição. A ANEEL por meio do Despacho nº 610 de 6 de março de 2015, anuiu a minuta do Contrato de Mútuo entre a Celesc D e a Celesc G, com prazo de vigência de até 24 meses no montante de R\$110 milhões, podendo o pagamento ser antecipado. O contrato entre as partes foi assinado em 24 de março de 2015 e quitado em 23 de dezembro de 2015. Os encargos financeiros a serem acrescidos serão o IOF e a variação da Selic.

7. Perspectivas

Com as ações realizadas ao longo de 2015, a Celesc G fortaleceu seu posicionamento no segmento de geração e manteve ativo o seu objetivo de crescimento com ênfase na expansão de seu parque gerador, buscando alcançar 300 MW de geração até 2020 e 1.000 MW até 2030. O grande marco para 2015 foi a participação com êxito no Edital nº 12/2015 – ANEEL, referente ao leilão das concessões das Usinas Hidrelétricas em regime de alocação de Cotas de Garantia Física de energia e potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Neste leilão a Celesc arrematou a nova concessão das Usinas Palmeiras, Bracinho, Garcia, Cedros e Salto, totalizando 63,20 MW, equivalente a 59,2% do parque de geração próprio, pelo período de 30 anos. Além disso, a Celesc G tem a possibilidade de aumentar a potência dessas usinas, o que agregaria ao parque gerador da Celesc 29,1 MW, contribuindo substancialmente para as metas de crescimento da capacidade de geração da empresa.

Nos processos internos da empresa, continuam as ações de automação das usinas. A medida moderniza a gestão com significativa redução de custo operacional, e traz maior robustez às decisões técnicas e de controle da operação a distância, inclusive. Para 2016 estão previstas as automações das Usinas Bracinho, São Lourenço, Rio do Peixe e Piraí e as adequações finais para a operacionalização do Centro de Operação da Geração – COG. Dessa forma, a empresa busca o pleno atendimento ao seu Planejamento Estratégico, com ênfase na modernização e expansão do parque de geração da empresa, consolidando a Celesc como um *player* de mercado e trazendo maior sustentabilidade para o grupo empresarial.

8. Diretoria Executiva

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pela Controladora. É composta pelo presidente e seis diretores para mandatos de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Somente o Diretor Presidente é membro do Conselho de Administração da Controladora. Veja sua composição em 31 de dezembro de 2015:

Cleverson Siewert	Diretor Presidente
Enio Andrade Branco	Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios
Antônio José Linhares	Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos
Eduardo Cesconeto de Souza	Diretor Comercial
José Carlos Oneda	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Nelson Marcelo Santiago	Diretor de Gestão Corporativa
Rubens José Della Volpe	Diretor de Planejamento e Controle Interno

Fonte: SEGC

Quadro 13 – Nominata Completa dos Membros da Diretoria Colegiada

9. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. Formado por treze integrantes, sendo três independentes e um eleito pelos empregados, tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados. Veja nominata de seus membros, em 31 de dezembro de 2015, no quadro a seguir.

Pedro Bittencourt Neto (Presidente)	Representante do Majoritário – Independente
Cleverson Siewert	Representante do Majoritário
Ademir Zanella	Representante do Majoritário
Antônio Marcos Gavazzoni	Representante do Majoritário
Derly Massaud de Anunciação	Representante do Majoritário
Ernani Bayer	Representante do Majoritário – Independente
Luciano Chede	Representante do Majoritário – Independente
Alberto Ribeiro Güth	Representante dos Minoritários
José Gustavo de Souza Costa	Representante dos Minoritários
José Luiz Alquéres	Representante dos Minoritários
Murillo Barbosa Vianna Neto	Representante dos Minoritários
Wilfredo João Vicente Gomes	Representante dos Preferencialistas
Leandro Nunes da Silva	Representante dos Empregados

Fonte: SEGC

Quadro 14 – Nominata Completa de Membros do Conselho de Administração

10. Conselho Fiscal

Tem como sua principal função analisar as Demonstrações Financeiras, bem como discutir tais resultados com os Auditores Independentes. Veja como era sua composição em 31 de dezembro de 2015 no quadro 15.

Paulo da Paixão Borges de Andrade (Presidente)	Representante do Acionista Majoritário
Antônio Ceron	Representante do Acionista Majoritário
Luiz Hilton Temp	Representante do Acionista Majoritário
Guilherme Silva Roman	Representante dos Preferencialistas
Telma Suzana Mezia	Representante dos Minoritários Ordinarios

Fonte: SEGC

Quadro 15 – Nominata Completa dos Membros do Conselho Fiscal

11. Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	2015 Valor (mil reais)			2014 (Reapresentado) Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	133.897			150.088		
- Resultado Operacional (RO)	34.532			133.862		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	-			-		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	-	-	-	-	-	-
- Encargos Sociais Compulsórios	-	-	-	-	-	-
- Previdência Privada	-	-	-	-	-	-
- Saúde	-	-	-	-	-	-
- Segurança e saúde no trabalho	-	-	-	-	-	-
- Educação	-	-	-	-	-	-
- Cultura	-	-	-	-	-	-
- Capacitação e Desenv. Profissional	27.486	-	20,53	-	-	-
- Creches ou Auxílio-creche	-	-	-	-	-	-
- Participação nos Lucros ou Resultados	-	-	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Internos	27.486	-	20,53	-	-	-
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	-	-	-	-	-	-
- Cultura	-	-	-	-	-	-
- Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
- Esporte	-	-	-	-	-	-
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	-	-	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-	-	-
Total das Contribuições p/ a Sociedade	-	-	-	-	-	-
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	27.977	81,02	20,89	55.957	41,80	41,79
Total - Indicadores Sociais Externos	27.977	81,02	20,89	55.957	41,80	41,79
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	66	0,19	0,05	2.815	2,10	2,10
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	66	0,19	0,05	2.815	2,10	2,10
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2015		2014			
- Nº de empregados(as) ao final do período	-		-			
- Nº de admissões durante o período	-		-			
- Nº de empregados(as) terceirizados	-		-			
- Nº de estagiários(as)	4		8			
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-		-			
- Nº de mulheres que trabalham na Empresa	-		-			
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%		0%			
- Nº de negros(as) que trabalham na Empresa	-		-			
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%		0%			
- Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	-		-			

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2015			Metas 2016		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	-	-	-	-	-	-
- Número total de acidentes de trabalho	-	-	-	-	-	-
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> todos+ Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> seguirá as normas OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 1	no Procon 0	na Justiça 0	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon ND	na Justiça ND	na Empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 80.697			Em 2014: 171.628		
- Distribuição do Valor Adicionado – DVA:	40,33% governo	15,31% colaboradores		32,60% governo	6,67% colaboradores	
	2,65% terceiros	29,82% retido	11,89% acionistas	1,53% terceiros	41,29% retido	17,91% acionistas

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa conta com 50 colaboradores cedidos da Celesc Distribuição S.A., sendo que os custos, benefícios, encargos sociais e trabalhistas são integralmente ressarcidos pela Celesc Geração S.A.

CNPJ: 08.336.783/0001-78 UF: SC	Coordenação: Viviani Bleyer Remor Fone: (48) 3231-5520 vivianibr@celesc.com.br
Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica	Contador: José Braulino Stähelin (CRC/ SC: 18.996/O-8) Fone: (48) 3231-6030 jbraulinos@celesc.com.br

“ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO”

“NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE”

12. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc Geração.

Florianópolis, 29 de março de 2016.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo		
Circulante	200.859	157.067
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	162.573	145.158
Contas a Receber de Clientes (Nota 8)	37.220	11.479
Estoques	198	72
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 9)	466	301
Outras Contas a Receber	402	57
Não Circulante	223.211	279.721
Tributos a Recuperar (Nota 9)	202	137
Depósitos Judiciais (Nota 17)	113	89
Partes Relacionadas	488	-
Investimentos (Nota 10)	39.924	37.397
Imobilizado (Nota 11)	174.805	232.294
Intangível (Nota 12)	7.679	9.804
Total do Ativo	424.070	436.788

Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	48.657	64.946
Fornecedores	9.023	1.680
Tributos e Contribuições Sociais (Nota 13)	28.282	35.875
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	7.993	24.130
Taxas Regulamentares (Nota 15)	2.367	2.356
Outras Contas a Pagar	992	905
Não Circulante	3.244	20.508
Tributos Diferidos, Líquidos (Nota 16)	327	15.412
Taxas Regulamentares (Nota 15)	1.989	2.568
Provisão para Contingências (Nota 17)	928	2.528
Patrimônio Líquido (Nota 18)	372.169	351.334
Capital Social	145.532	128.000
Reservas de Lucros	182.805	150.359
Ajustes de Avaliação Patrimonial	43.832	72.975
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	424.070	436.788

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014 (Reclassificado)
Receita Operacional Líquida – ROL	133.897	150.088
Receita Líquida de Vendas (Nota 20)	133.897	150.088
Custos Operacionais	(72.168)	(36.238)
(-) Custo de Operação (Nota 21)	(72.168)	(36.238)
Lucro Bruto	61.729	113.850
Despesas Operacionais	(27.197)	20.012
Despesas com Vendas (Nota 21)	(742)	(660)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 21)	(9.731)	(6.720)
Provisões Líquidas (Nota 21)	(16.239)	30.087
Outras Receitas/Despesas Líquidas (Nota 21)	(340)	(1.810)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 10.b)	(145)	(885)
Lucro Operacional	34.532	133.862
Receitas Financeiras (Nota 22)	18.663	13.132
Despesas Financeiras (Nota 22)	(1.896)	(2.511)
Resultado Financeiro, Líquidos	16.767	10.621
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	51.299	144.483
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 16)		
Corrente	(32.730)	(41.104)
Diferido	15.085	(1.779)
	(17.645)	(42.883)
Lucro Líquido do Exercício	33.654	101.600

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucro						Total
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros	Dividendos a Disposição AGO	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro/Prejuízo Acumulado	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	128.000	861	41.843	-	104.935	-	275.639
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	101.600	101.600
Realização do Custo Atribuído Líquido de Tributos	-	-	-	-	(31.960)	31.960	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Destinados	-	-	-	-	-	(25.905)	(25.905)
Constituição de Reservas	-	5.080	97.749	4.826	-	(107.655)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	128.000	5.941	139.592	4.826	72.975	-	351.334
Aumento Capital Social	17.532	-	(17.532)	-	-	-	-
Dividendos Adicionais Aprovados em AGO	-	-	-	(4.826)	-	-	(4.826)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	33.654	33.654
Realização do Custo Atribuído Líquido de Tributos	-	-	-	-	(29.143)	29.143	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Destinados	-	-	-	-	-	(7.993)	(7.993)
Constituição de Reservas	-	1.683	51.522	1.599	-	(54.804)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	145.532	7.624	173.582	1.599	43.832	-	372.169

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Lucro Líquido do Exercício	33.654	101.600
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-
Resultado Abrangente Total	33.654	101.600

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Lucro Líquido antes do IR e CSLL	51.299	144.483
Itens que não Afetam o Caixa		
Depreciação e Amortização	62.737	50.821
Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado	6	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	145	885
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias	(4)	(1.123)
Provisões para Contingências	(1.600)	(417)
Provisão/Reversão para Perdas do Ativo	17.839	(29.670)
Realização de Provisão para Perdas	(11.079)	(26.514)
Receita Financeira de Mútuo	(11.060)	-
Receita Financeira referente a Investimento	(190)	-
Variações nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber	(25.741)	701
Tributos a Compensar ou Recuperar	(3.714)	(54)
Estoques	(126)	(62)
Outros Ativos	(180)	(57)
Depósitos Judiciais	(24)	(17)
Fornecedores	7.343	1.071
Tributos a Pagar	2.043	(2.865)
Taxas Regulamentares	1.587	1.057
Outros Passivos	87	(1.016)
Caixa Proveniente das Operações	89.368	137.223
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(38.882)	(24.324)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	50.486	112.899
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(12.209)	(8.034)
Aquisição de Participação Acionária	(10.766)	(5.491)
Partes Relacionadas Mútuo	(110.000)	-
Recebimento Partes Relacionadas Mútuo	110.000	-
Juros de Mútuos Recebidos	11.060	-
Redução de Capital em Investidas	7.800	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(4.115)	(13.525)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	(28.956)	(4.721)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(28.956)	(4.721)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.415	94.653
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	145.158	50.505
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	162.573	145.158

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receitas		
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	149.496	163.423
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(16.344)	(6.199)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(1.476)	(3.206)
Recuperação de Ativos	(6.760)	56.184
Valor Adicionado Bruto	124.916	210.202
Depreciação, Amortização e Exaustão	(62.737)	(50.821)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	62.179	159.381
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(145)	(885)
Receitas Financeiras	18.663	13.132
Valor Adicionado Total a Distribuir	80.697	171.628
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	(12.352)	(11.451)
Impostos, Taxas e Contribuições	(32.546)	(55.957)
Juros e Variações Cambiais	(1.896)	(2.511)
Arrendamentos e Aluguéis	(249)	(109)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(9.592)	(30.731)
Lucro Retido do Exercício	(24.062)	(70.869)
Valor Adicionado Distribuído	(80.697)	(171.628)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Celesc Geração S.A. – Celesc G, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc G tem por objetivo realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; participar de pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos ligados à geração de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para esse fim; operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas e/ou cooperadas; desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração; colaborar para a preservação do meio ambiente de suas atividades; colaborar com os programas relacionados com a promoção e incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade; e pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética e infraestrutura de serviços públicos.

A Celesc G está localizada na Avenida Itamarati, 160 – Bairro Itacorubi, Térreo, bloco A1, Florianópolis – Santa Catarina – Brasil, CEP 88.034-900.

1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.2. Da Concessão

A Celesc G possui o seguinte parque gerador de energia elétrica:

Geradora	Localidade	Garantia Física (MW)	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	16,70	24,60	07/11/2046 (*)
Bracinho – Rio Bracinho (ii)	Schroeder/SC	8,80	15,00	07/11/2046 (*)
Cedros – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	6,75	8,40	07/11/2046 (*)
Salto – Rio Itajaí-Açu (ii)	Blumenau/SC	3,99	6,28	07/11/2046 (*)
Garcia – Rio Garcia (iii)	Angelina/SC	7,10	8,92	05/01/2046 (*)
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	3,80	12,82	17/03/2035
Caveiras – Rio Caveiras (iv)	Lages/SC	2,77	3,83	10/07/2018
Pery – Rio Canoas (v)	Curitibanos/SC	14,08	30,00	09/07/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz (vi)	Campos Novos/SC	2,03	2,60	(i)
Pirai – Rio Pirai (vii)	Joinville/SC	0,45	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,22	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,50	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		67,19	114,17	

(*) Em 25 de novembro de 2015, a Celesc G participou e obteve êxito no leilão nº 12/2015 da ANEEL, retomando a concessão para explorar os serviços de geração das PCHs Garcia, Bracinho, Salto, Palmeiras e Cedros por mais 30 anos, conforme Nota 32 – Evento Subsequente.

(i) Centrais Geradoras Hidrelétricas que não possuem prazo determinado de concessão.

(ii) Conforme requerido pela MP nº 579/12, foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs afetadas pela referida MP naquela oportunidade.

A Administração da Companhia analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a

não antecipação da prorrogação da concessão destas usinas. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração da Companhia acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões das usinas da Celesc G, afetadas pela MP nº 579/12.

(iii) A Portaria MME nº 255 de 11 de junho 2015, define como responsável a Celesc G, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da Usina Garcia, com vistas a garantir a continuidade do serviço, tendo início dia 08 de julho 2015 até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

(iv) Em 08 de julho de 2013, foi protocolado na ANEEL requerimento para o conhecimento das regras e tarifas aplicáveis à usina PCH Caveiras, nos termos da MP nº 579/12. Em 10 de março de 2015 a ANEEL aceitou o pedido da Celesc G para conhecimento das condições para a prorrogação da concessão da usina no Regime de Cotas.

(v) Foi excluída da decisão em relação à adesão às regras editadas pela MP nº 579/12, a Usina Pery, com questionamento realizado em âmbito judicial através de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido de suspensão do prazo para a assinatura do Termo Aditivo acolhido.

A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

(vi) Após requerimento instruído pela Celesc G, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.362, de 21 de julho de 2015, extinguiu a partir de 07 de julho de 2015, a concessão da PCH Ivo Silveira, localizada no município de Campos Novos/SC, com capacidade instalada de 2,6 MW.

Conforme Lei Federal nº 13.097 de 19 de janeiro de 2015, após o vencimento do prazo da concessão de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a 3,0 MW, as usinas estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, não possuindo prazo determinado de concessão. O registro da usina junto a ANEEL foi efetivado em 10 de agosto de 2015 sob o código CGH.PH.SC.001202-5.02.

(vii) Após requerimento instruído pela Celesc G, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.363, de 21 de julho de 2015, extinguiu a partir de 07 de julho de 2015, a concessão da Usina Hidrelétrica Piraí, localizada no município de Joinville/SC, com capacidade instalada de 780 kW, passando esta usina a não mais possuir Contrato de Concessão, diante do disposto no art. 7º da Lei Federal nº 12.783/13, uma vez que esta, findado seu prazo de concessão, deverá passar ao regime de registro, não possuindo prazo determinado de concessão. O registro da usina junto a ANEEL foi efetivado em 04 de setembro de 2015 sob o código CGH.PH.SC.002076-1.02.

1.2.1. Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G, entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física, *Generation Scaling Factor* – GSF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

- i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da GSF;
- ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da GSF; e
- iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores apresentaram média de 80,1%. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes.

A decisão judicial também suspendeu a contabilização e cobrança pela CCEE da parcela a vencer (liquidação) no dia 05 de julho de 2015, e demais, através do Mecanismo Auxiliar de Cálculo, tudo até ulterior decisão deste juízo, sob pena de multa diária no montante de R\$50.

Em 12 de fevereiro de 2016, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região concedeu tutela parcial, determinando que a União e a ANEEL, abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE **à Celesc G**, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes. Determinou, ainda, a recontabilização das liquidações realizadas, em especial a parcela de rateio de ajuste do MRE/GSF, com vencimento a partir de 05 de agosto de 2015.

A Celesc G não aderiu a repactuação do risco hidrológico proposto pela Lei Federal nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de março de 2015, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 505, de 19 de junho de 2006.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Celesc G, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Celesc G faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Celesc G reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

b) Contingências

A Celesc G atualmente está envolvida em diversas ações de natureza trabalhista e cível, como descrito na Nota 17. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Celesc G tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com

segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, conforme avaliação dos advogados da Celesc G.

c) **Impairment** de Ativos não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

d) **Uso do Bem Público – UBP**

São os valores contratados relativos ao direito do Uso de Bem Público – UBP para exploração do potencial de energia hidráulica decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Celesc G.

A obrigação está registrada no Passivo Circulante e Passivo não Circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. **Resumo das Principais Práticas Contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

3.1. **Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes a Demonstração de Resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2014, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.

Essas reclassificações não tiveram impactos no lucro líquido da Companhia.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

3.1.1. Demonstrações de Resultados

	2014	Reclassificação	2014 Reapresentado
Receita Operacional Líquida - ROL	151.090	(1.002)	150.088
Receita Líquida de Vendas (Nota 19)	151.090	(1.002)	150.088
Custos Operacionais	(36.238)	-	(36.238)
(-) Custo de Operação (Nota 20)	(33.606)	-	(33.606)
Lucro Bruto	114.852	(1.002)	113.850
Despesas Operacionais	19.010	1.002	20.012
Despesas com Vendas (Nota 20)	(660)	-	(660)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 20)	(6.720)	-	(6.720)
Provisões Líquidas (Nota 20)	30.087	-	30.087
Outras Receitas/Despesas Líquidas (Nota 20)	(2.812)	1.002	(1.810)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 10)	(885)	-	(885)
Lucro Operacional	133.862	-	133.862
Receitas Financeiras (Nota 21)	13.132	-	13.132
Despesas Financeiras (Nota 21)	(2.511)	-	(2.511)
Resultado Financeiro, Líquidos	10.621	-	10.621
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	144.483	-	144.483
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 16)	(42.883)	-	(42.883)
Corrente	(41.104)	-	(41.104)
Diferido	(1.779)	-	(1.779)
Lucro Líquido do Exercício	101.600	-	101.600

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, no valor de R\$ 1.002, foi reclassificada de Outras Receitas/Despesas Líquidas para Dedução da Receita.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Instrumentos Financeiros

3.3.1. Ativos Financeiros não Derivativos

Os ativos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e recebíveis. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e Recebíveis

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como Ativos não Circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Celesc G compreendem contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

b) Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Celesc G se compromete a comprar ou vender o ativo e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Celesc G tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.3.2. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3.3. *Impairment* de Ativos Financeiros

a) Ativos Mensurados ao Custo Amortizado

A Celesc G avalia, ao final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - » mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - » condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Celesc G avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Passivos Financeiros não Derivativos

São reconhecidos os títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Celesc G se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Celesc G tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

3.5. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.6. Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

As despesas de imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras, e sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.8. Investimentos em Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais Celesc G tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, e são inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação nas perdas de uma co-

ligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Celesc G não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Celesc G e suas coligadas são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Celesc G. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

3.9. Depósitos Judiciais

A Celesc G mantém registrado nesta rubrica valores, e suas atualizações, depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (trabalhistas e cíveis).

3.10. Imobilizado

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por *impairment*. Esse custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído de reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias na data de transição para o *IFRS*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui:

- a) o custo de materiais e mão de obra direta;
- b) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- c) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos são registrados no Imobilizado. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais de imobilizado).

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

As taxas médias de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Máquinas e Equipamentos	14,9
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	6,3

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	9,2
Máquinas e Equipamentos	12,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	21,6
Veículos	47,8
Móveis e Utensílios	80,6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As usinas que não tiveram suas concessões renovadas conforme a MP nº 579/12, posteriormente convertida em Lei Federal nº 12.783/13, são depreciadas com base no prazo da concessão ANEEL nº 55/99.

3.11. Intangíveis

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme a seguir:

Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis.

3.11.1. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como Investimento.

3.11.2. Programas de Computador – Softwares

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Celesc G e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.11.3. Uso do Bem Público – UBP

O UBP, instituído pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

Para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (UBP) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

3.12. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa – UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

3.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.15. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.16. Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Celesc G. O Estatuto Social da Celesc G prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Celesc G registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

3.17. Capital Social

As ações ordinárias e nominativas são classificadas no Patrimônio Líquido – PL.

3.18. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada e não faturada no curso normal das atividades. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. As estimativas são baseadas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.18.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

3.18.2. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica às comercializadoras, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

3.18.3. Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

3.18.4. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda *impairment* é identificada em relação a uma conta a receber, é reduzido o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

Subsequentemente, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.18.5. Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.19. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para a Celesc G.

(i) CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo: esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.

(ii) CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas: esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para a Celesc G.

3.20. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- » **IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- » **IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - “Contratos de Construção”, IAS 18 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- » **IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”** – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Celesc G.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Celesc G a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco do Fluxo de Caixa Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que diminuam a receita financeira relativa às suas aplicações financeiras. A Celesc G não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade de se incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento são monitoradas as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança como manutenção de garantias financeiras e não registro dos montantes de meses subsequentes para composição das garantias financeiras dos clientes perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Celesc G e consolidada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Celesc G para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Celesc G, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
Contas a Receber	7.117	30.103	-	37.220
Caixa e Equivalente de Caixa	162.573	-	-	162.573
Total Ativo	169.690	30.103	-	199.793
Fornecedores	1.821	640	6.562	9.023
Total Passivo	1.821	640	6.562	9.023

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco quanto à Produção de Energia Elétrica

Os maiores riscos que podem impactar na produção de energia elétrica da Celesc G dependem principalmente de duas variáveis: (i) Afluência Média; (ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras.

(i) Afluência Média

As PCHs e CGHs da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico. Como forma de minimizar este risco, as Usinas da Celesc G fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. O MRE, de abrangência nacional, realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo, compartilhando assim os riscos hidrológicos entre os agentes associados.

(ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras

Os riscos que impactam diretamente nesse item são ligados às áreas de operação e manutenção das Usinas da Celesc G. Para mitigar este risco a Celesc G iniciou um processo de modernização do parque gerador por meio da automação de suas unidades geradoras e da implantação de um Centro de Controle da Geração – COG, na sede da administração central. Também deu início à contratação de empresa especializada em realizar os serviços de operação e manutenção, de forma a complementar os serviços realizados pela equipe própria, fortalecendo o quadro operacional e melhorando a confiabilidade operacional de suas usinas.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Celesc G possui concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Em 05 de janeiro de 2016 foi assinado o Contrato de Concessão das Usinas Garcia, Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de sua propriedade e que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões.

4.5.2. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Considerando que o cenário provável da Celesc G é de aumento do CDI, pois a Celesc G não possui passivos significativos atrelados ao CDI, apenas aplicações financeiras. Portanto, este fator de risco é considerado remoto para os próximos meses.

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado			
	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI¹ (%)		14,50%	18,13%	21,75%
Aplicações Financeiras	162.158	23.513	29.391	35.269

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M16 com vencimento em 01/06/2016 – (fechamento 21/01/2016)

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc G ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma, maximizando o rendimento do capital em caixa, aplicando em títulos privados de liquidez imediata de instituições financeiras sólidas, para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas. A Celesc G não possui endividamento e todos os investimentos foram realizados com capital próprio.

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2015.

31 de dezembro de 2015	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo			
Caixa e Equivalentes	162.573	-	162.573
Contas a Receber de Clientes	37.220	-	37.220
	199.793	-	199.793
Passivo			
Fornecedores	-	9.023	9.023
	-	9.023	9.023

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014.

31 de dezembro de 2014	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo			
Caixa e Equivalentes	145.158	-	145.158
Contas a Receber de Clientes	11.479	-	11.479
	156.637	-	156.637
Passivo			
Fornecedores	-	1.680	1.680
	-	1.680	1.680

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	37.220	11.479
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	-	-
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	5.014	5.014
	42.234	16.493

Todos os demais ativos financeiros que a Celesc G mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentaram indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

A Celesc G considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Recursos em Banco e em Caixa	415	21
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	162.158	145.137
	162.573	145.158

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas, remunerados em média pela taxa de 100,5% da variação do CDI.

8. Contas a Receber de Clientes

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Consumidores (i)					
Industrial	4.990	-	5.014	10.004	7.751
Comércio, Serviços e Outros	-	-	-	-	1.404
	4.990	-	5.014	10.004	9.155
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias (i)	2.128	-	-	2.128	1.496
Comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	30.102	-	-	30.102	5.842
	32.230	-	-	32.230	7.338
				42.234	16.493
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes (iii)				(5.014)	(5.014)
Circulante				37.220	11.479

(i) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo e leilões de venda de energia de curto prazo para consumidores Industriais, Comerciais e Comercializadoras.

(ii) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

(iii) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude das incertezas quanto à sua realização. As ações de mitigação tomadas são a cobrança de garantias financeiras dos clientes e, no caso de operações de compra e venda de energia de curto prazo, adota-se o “registro contra pagamento”, onde a energia é entregue pela CCEE (Sistema SINERCOM) somente após a confirmação do pagamento dos montantes negociados através dos leilões. Além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, a Celesc G está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

9. Tributos a Recuperar

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
ICMS ²	202	137
IRPJ e CSLL ³	466	301
Total	668	438
Circulante	466	301
Não Circulante	202	137

10. Investimentos

Os investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPEs que viabilizam novos empreendimentos são os seguintes:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Investimentos	39.924	37.397
Rondinha Energética S.A	11.428	19.667
Painel Energética S.A	1.748	1.754
Campo Belo Energética S.A	1.804	1.809
Cia Energética Rio das Flores	8.184	7.228
Xavantina Energética S.A	7.875	6.237
Garça Branca S.A.	6.887	-
Ágio na Aquisição de Investimentos (i)	1.998	202

(i) Refere-se ao ágio na aquisição dos investimentos da SPE Rio das Flores no valor de R\$202 e da SPE Garça Branca no valor de R\$1.796.

² Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

³ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Informações sobre Investimentos

A participação da Celesc G nos empreendimentos corresponde à parcela de 17,1 MW. A estrutura societária formada com as novas parcerias é a seguinte:

	Ações Possuídas pela Companhia		Participação da Companhia (%)		Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido Ajustado	Receita Operacional Líquida	Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado
	Ordinárias	No Capital Social	No Capital Votante						
Em 31 de dezembro de 2014									
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	86.598	26.085	60.513	12.683	(3.637)	
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.498	-	5.498	-	(23)	
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.446	412	6.033	-	(52)	
Cia Energética Rio das Flores	7.445	25,00%	25,00%	49.132	17.667	31.466	6.501	1.271	
Xavantina Energética S.A.	163	40,00%	40,00%	26.690	11.098	15.592	-	-	
Em 31 de dezembro de 2015									
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,50%	32,50%	61.960	26.646	35.162	8.912	170	
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.537	-	5.537	-	(12)	
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.470	425	6.044	-	(91)	
Cia Energética Rio das Flores	7.705	25,00%	25,00%	58.286	24.744	33.542	9.784	851	
Xavantina Energética S.A.	163	40,00%	40,00%	45.398	25.710	19.688	2.221	(465)	
Garça Branca Energética S.A.	7.053	49,00%	49,00%	12.639	1.434	11.038	-	(400)	

b) Movimentação de Investimentos

	Rondinha	Painel	Campo Belo	Rio das Flores	Xavantina	Garça Branca	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	19.717	1.788	1.808	7.359	996	-	31.668
Integralizações	-	-	-	250	5.241	-	5.491
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.182)	(7)	(16)	320	-	-	(885)
Ganhos/perdas Variação Investimentos	1.132	(27)	17	1	-	-	1.123
Saldos em 31 de dezembro de 2014	19.667	1.754	1.809	7.930	6.237	-	37.397
Integralizações	-	-	-	250	1.824	8.882	10.956
Redução de Capital Social	(8.288)	-	-	-	-	-	(8.288)
Resultado de Equivalência Patrimonial	55	(4)	(27)	213	(186)	(196)	(145)
Ganhos/perdas Variação Investimentos	(6)	(2)	22	(7)	-	(3)	4
Saldos em 31 de dezembro de 2015	11.428	1.748	1.804	8.386	7.875	8.683	39.924

11. Imobilizado

a) Composição do Saldo

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Prédios e Cons- truções	Máquinas e Equipa- mentos	Veículos	Móveis e Uten- sÍlios	Imobi- lizado em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.492	94	108	158.266	221.068
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.293	818	296	158.266	442.745
Provisão para Perdas	(12.964)	(84.001)	(2.465)	(19.385)	(2)	(77)	-	(118.894)
Depreciação Acumulada	-	(57.882)	(8.652)	(35.416)	(722)	(111)	-	(102.783)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.492	94	108	158.266	221.068
Aquisição	-	-	-	-	-	191	3.496	3.687
Depreciação	-	(37.565)	(1.476)	(9.469)	(69)	(66)	-	(48.645)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos (i)	752	21.313	810	6.796	-	(1)	-	29.670
Realização de Provisão para Perdas (ii)	-	20.486	784	5.196	-	48	-	26.514
Transferências	-	-	69	-	391	-	(460)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.015	416	280	161.302	232.294
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.081	65.293	1.209	487	161.302	446.432
Provisão para Perdas	(12.212)	(42.202)	(871)	(7.393)	(2)	(30)	-	(62.710)
Depreciação Acumulada	-	(95.447)	(10.128)	(44.885)	(791)	(177)	-	(151.428)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.015	416	280	161.302	232.294
Aquisição	-	-	-	-	-	-	9.480	9.480
Baixas	-	-	-	-	-	-	(171)	(171)
Depreciação	(4.283)	(30.505)	(4.094)	(20.928)	(109)	(119)	-	(60.038)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos (i)	1.463	1.589	(5.306)	(15.580)	(4)	(1)	-	(17.839)
Realização de Provisão para Perdas (ii)	187	3.130	998	6.657	-	107	-	11.079
Transferências	166	3.801	36.851	106.374	4	(179)	(147.017)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.538	307	88	23.594	174.805
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.932	171.667	1.213	308	23.594	455.741
Provisão para Perdas	(10.562)	(37.483)	(5.179)	(16.316)	(6)	76	-	(69.470)
Depreciação Acumulada	(4.283)	(125.952)	(14.222)	(65.813)	(900)	(296)	-	(211.466)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.538	307	88	23.594	174.805

(i) Em 2015 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$29.835 e Reversão Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$12.056, gerando um aumento de provisão de R\$17.779. A Usina Garcia, não teve sua concessão renovada conforme a Lei Federal nº 12.783/13, tendo seus ativos totalmente depreciados até o final da concessão em 07 de julho de 2015, no valor de R\$60.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

(ii) Em 2015, foi revertida a provisão para perdas, das usinas Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto no valor equivalente a realização da depreciação constituída durante o exercício de 2015, de R\$11.079.

O fluxo de caixa para fins de teste de *impairment* foi descontado por uma taxa média de 9,33%, que se refere ao Custo do Capital Próprio.

Os valores de perda (reversão) do valor recuperável dos ativos por Unidade Geradora de Caixa – UGC, registrados no exercício de 2015, estão demonstrados a seguir:

Unidades Geradoras de Caixa – UGCs	Provisão/Reversão 2015
Usina Palmeiras	(2.499)
Usina Bracinho	(6.344)
Usina São Lourenço	3.447
Usina Celso Ramos	(42)
Usina Garcia	(60)
Usina Rio dos Cedros	2.514
Usina Salto	(429)
Usina Pirai	1.659
Usina Caveiras	3.494
Usina Ivo Silveira	-
Usina Rio do Peixe	943
Usina Pery	(20.522)
Total	(17.839)

b) Depreciação

A MP nº 579/12, convertida na Lei Federal nº 12.783/13, regulamenta que não haverá indenização pelo Poder Concedente ao final do prazo da concessão do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma, a Celesc G deprecia esses ativos de acordo com a vida útil estimada, limitado ao prazo de concessão.

12. Intangível

	Softwares adquiridos	Uso do Bem Público (a)	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.258	5.007	-	-	9.265
Custo Total	4.802	5.007	-	-	9.809
Amortização Acumulada	(544)	-	-	-	(544)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	4.258	5.007	-	-	9.265
Adições	-	1.272	-	1.443	2.715
Amortizações	(544)	(1.632)	-	-	(2.176)
Transferências	(2.082)	-	-	2.082	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.632	4.647		3.525	9.804
Custo Total	2.720	6.279	-	3.525	12.524
Amortização Acumulada	(1.088)	(1.632)	-	-	(2.720)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.632	4.647		3.525	9.804
Adições	-	254	-	320	574
Amortizações	(544)	(2.155)	-	-	(2.699)
Transferências		-	70	(70)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.088	2.746		3.775	7.679
Custo Total	2.720	6.533	70	3.775	13.098
Amortização Acumulada	(1.632)	(3.787)	-	-	(5.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.088	2.746	70	3.775	7.679

a) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras – PCH e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito.

A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobras, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. Em 2015 a amortização anual foi de R\$2.155. Em 31 de dezembro de 2015 o respectivo saldo passivo era de R\$2.746. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 9,33%.

Os valores mensais recolhidos durante o exercício de 2015 foram:

Centrais Geradoras	Valor das Parcelas UBP 2015	Valor das Parcelas UBP 2014
PCH Garcia	26	24
PCH Ivo Silveira	7	6
PCH Cedros	25	22
PCH Salto	19	18
PCH Bracinho	29	27
UHE Palmeiras	39	36
PCH Pery	61	55
UHE Caveiras	7	6
PCH Celso Ramos	14	13

13. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
ICMS	1	65
PIS/Cofins	4.485	559
IRPJ e CSLL	23.738	33.374
Outros	58	1.877
	28.282	35.875

14. Transações com Partes Relacionadas

	Ativo			Passivo		Custos e Despesas Operacionais		Receita	
	Contas a Receber	Tributos a Recuperar	Fornecedores	Tributos a Pagar	Outros	Encargos do Uso do Sistema de Distribuição	Pessoal	Receita Financeira	Receita de Suprimento
Em 31 de dezembro de 2014									
Celesc Distribuição S.A	-	-	173	-	879	1.964	11.451	-	-
ICMS	-	137	-	65	-	-	-	-	-
Total	-	137	173	879	879	1.964	11.451	-	-
Em 31 de dezembro de 2015									
Celesc Distribuição S.A	-	-	201	-	923	2.233	12.352	11.060	11
Rondinha Energética S.A.	488	-	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	202	-	1	-	-	-	-	-
Total	488	202	201	1	923	2.233	12.352	11.060	11

Em 2015 e 2014 não houve remuneração aos administradores.

15. Taxas Regulamentares

São compostas pelos encargos do setor de energia elétrica.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hid. – CFURH (i)	249	128
Taxa de Fiscalização do Sistema de EE – TFSEE (ii)	23	66
Reserva Global de Reversão – RGR (iii)	-	73
Uso do Bem Público – UBP	2.786	4.657
Pesquisa e desenvolvimento – P&D (iv)	1.298	-
	4.356	4.924
Circulante	2.367	2.356
Não circulante	1.989	2.568

(i) Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).

(ii) Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE foi criada, por lei, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A TFSEE é fixada anualmente pela ANEEL e paga mensalmente, em duodécimos, por todos os agentes que atuam na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

(iii) Reserva Global de Reversão – RGR

A Reserva Global de Reversão – RGR trata-se de um encargo pago mensalmente pelas empresas de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação, dos serviços públicos de energia elétrica. Tem, também, destinação legal para financiar a expansão e melhoria desses serviços, bem como financiar fontes alternativas de energia elétrica para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0% de sua receita anual.

(iv) Pesquisa e desenvolvimento – P&D

O encargo foi criado pela Lei Federal nº 9.991/00 e seus recursos são destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia - MME e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL. O P&D é calculado com base em 1% de sua receita operacional líquida.

16. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir da provisão para contingências de processos judiciais e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 e CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado, realizado em 2015 como resultado do *Impairment Test* do Parque Gerador da Celesc G. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram calculados sobre o ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	315	859	-	-	315	859
Provisão para Perdas em Ativos	21.938	21.322	-	-	21.938	21.322
Custo Atribuído	-	-	22.580	37.593	(22.580)	(37.593)
	22.253	22.181	22.580	37.593	(327)	(15.412)

Os saldos de ativos e passivos diferidos líquidos têm a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo Diferido – Provisão para Contingências	315	859
Ativo Diferido – Provisão Perdas Ativo Imobilizado	21.938	21.322
Passivo Diferido – Custo Atribuído	(22.580)	(37.593)
Tributos Diferidos, Líquidos	(327)	(15.412)

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Celesc G e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Celesc G.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Celesc G considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2015 são:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
2015	-	3.083
2016	3.592	3.083
2017	3.592	3.083
2018	3.592	3.083
Acima de 2018	11.477	9.849
Total	22.253	22.181

c) Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Resultado antes do IRPJ e a CSLL	51.299	144.483
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%
IRPJ e SCLL	(17.442)	(49.124)
Equivalência Patrimonial	(49)	(301)
Depreciação	(64)	-
Juro sobre Capital Próprio	-	4.024
Provisões Indedutíveis	(116)	142
Incentivos Fiscais	-	724
Outras Adições/Exclusões	26	1.794
	(17.645)	(42.883)
Corrente	(32.730)	(41.104)
Diferido	15.085	(1.779)
	(17.645)	(42.883)
Taxa Efetiva	34,40%	29,68%

A Celesc G vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e nº 1.556 de 31 de março de 2015.

Foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária, e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

17. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Celesc G que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Celesc G apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Contingências:				
Trabalhistas	47	23	510	2.110
Cíveis	66	66	418	418
	113	89	928	2.528

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2014	89	2.528
Adições	24	-
Baixas	-	(1.600)
Em 31 de dezembro de 2015	113	928

A Celesc G é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Trabalhistas

(i) A Celesc G foi citada para contestar a reclamatória trabalhista interposta por empregado da Celesc Distribuição S.A. à disposição da Celesc G. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$110.

(ii) Ação civil pública reclamatória interposta pelo Ministério Público em desfavor da Celesc G e de uma de suas coligadas. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$400.

b) Contingências Cíveis

(i) Ação Ordinária de Inexigibilidade de débito interposta, precedida de Medida Cautelar de sustação de protesto de duplicatas mercantis. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$373.

(ii) Ação de Constituição de Faixa de Servidão Administrativa com pedido de Tutela Antecipada, tendo em vista a necessidade de ordem judicial de emissão de posse da Celesc G. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$45.

c) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Risco Possível	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contingências		
Trabalhistas e Previdenciárias (i)	1.028	346
	1.028	346

(i) As ações públicas reclamatórias trabalhistas foram interpostas por empregados terceirizados que prestaram serviço à Celesc G, nas quais a Companhia responde solidariamente.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social da Celesc G em 31 de dezembro de 2015 subscrito e integralizado é de R\$145,5 milhões, representado por 43.208.760 (quarenta e três milhões e duzentas e oito mil e setecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2015, e em Reunião do Conselho Fiscal no dia 25 de março de 2015, foi aprovado o aumento de capital social até R\$145,5 milhões, mediante a capitalização da parcela de lucro retido no montante de R\$17,5 milhões oriundo da reserva de retenção de lucros.

b) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do Lucro Líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores, para ser deliberado na Assembleia Geral da Administração, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica nº 10, foi reconhecido o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs em 1º de janeiro de 2009. A contrapartida do referido ajuste líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, foi reconhecida na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta Reserva de Retenção de Lucros na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

A realização do custo atribuído em 2015 foi:

				31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
Natureza dos Créditos					
Realização do Custo Atribuído	44.156	11.039	3.974	29.143	31.960
	44.156	11.039	3.974	29.143	31.960

d) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Celesc G, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral é calculada nos termos da Lei Federal nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, em especial no que tange ao disposto nos artigos 192 e 203, é assim demonstrada:

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	33.654	101.600
(-) Constituição de Reservas Legal	(1.683)	(5.080)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	31.971	96.520
Juros s/ Capital Próprio – JCP Aprovado pela AGE	-	11.835
(-) IRRF	-	(1.775)
(=) JCP a Pagar	-	10.060
Dividendos Propostos	9.592	18.896
Total dos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio do Exercício	9.592	28.956
Mínimo Obrigatório (25%)	7.993	24.130
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório	1.599	4.826

19. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Segurado(i)
Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768
Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

20. Receitas

20.1. Mercado, Preço da Energia e Receita

A venda da energia elétrica é realizada por meio de leilões públicos, tendo como lastro o parque de geração. Além da exploração por PCHs, a Celesc G participa com a compra de energia elétrica gerada por biodigestão de dejetos suínos, dado que o Estado de Santa Catarina possui um grande plantel desses animais. Esta alternativa de geração contribui para mitigar os danos ambientais causados pela atividade de suinocultura, auxiliando, assim, a preservação da biodiversidade.

A comercialização de energia, como acontece em todo Sistema Interligado Nacional – SIN, é operacionalizada, contabilizada e regulada por meio da CCEE.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014 Reapresentado
Receita Operacional Bruta (a)		
Fornecimento de Energia Elétrica	67.419	47.340
Suprimento de Energia Elétrica	17.932	24.844
Energia Elétrica de Curto Prazo	64.145	91.239
	149.496	163.423
Deduções da Receita Operacional		
PIS	1.967	1.850
COFINS	9.063	7.346
Reserva Global de Reversão – RGR	742	1.517
Taxa Fiscalização ANEEL – TFSEE	572	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.185	1.002
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	2.070	-
	15.599	13.335
Receita Operacional Líquida	133.897	150.088

a) Receita Operacional Bruta

	31 de dezembro de					
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	Nº de consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	19	11	279.403	217.487	67.419	33.430
Comercial, Serviços e Outros	-	1	-	91.332	-	13.910
Suprimento de Energia	42	40	91.648	106.648	17.932	24.844
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	231.692	146.339	64.145	91.239
	61	52	602.743	561.806	149.496	163.423

(i) Informações não Auditadas

21. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Natureza dos Custos e Despesas	31 de dezembro de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica					
Comprada para Revenda (a)	10.518	-	-	-	10.518
Pessoal	5.777	267	6.308	-	12.352
Material	193	-	464	-	657
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.233	-	-	-	2.233
Custos e Serviços de Terceiros	4.051	411	1.642	-	6.104
Depreciação e Amortização	62.028	-	709	-	62.737
Seguros	-	-	137	-	137
Provisões Líquidas (b)	(11.079)	-	-	16.239	5.160
Tributos	(902)	64	140	-	(698)
Aluguéis	-	-	249	-	249
Outros Custos e Despesas	(651)	-	82	340	(229)
	72.168	742	9.731	16.579	99.220

31 de dezembro de 2014

Natureza dos Custos e Despesas	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total Reapresentado
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	385	-	-	-	385
Pessoal	6.518	220	4.713	-	11.451
Material	188	-	26	-	214
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.964	-	-	-	1.964
Custos e Serviços de Terceiros	3.665	382	943	-	4.990
Depreciação e Amortização	50.123	-	698	-	50.821
Seguros	-	-	137	-	137
Provisões Líquidas (b)	(26.514)	-	-	(30.087)	(56.601)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	671	671
Tributos	(88)	58	100	-	70
Aluguéis	-	-	109	-	109
Doações	-	-	-	1.159	1.159
Outros Custos e Despesas	(3)	-	(6)	(20)	(29)
	36.238	660	6.720	(28.277)	15.341

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Energia Elétrica Comprada para Revenda	31 de dezembro de 2015	MWh (i)	31 de dezembro de 2014	MWh (i)
Master Agropecuária Ltda	2	9	17	107
Dona Francisca Energética - DFESA	11.565	106.110	-	-
São Valentin Geração de Energia S.A.	23	173	407	3.093
(-) PIS Crédito	(191)	-	(7)	-
(-) COFINS Crédito	(881)	-	(32)	-
	10.518	106.292	385	3.200

(i) Informações não auditadas

b) Provisões, Líquidas

Em decorrência de nova análise do imobilizado a fim de verificar Perda no Valor Recuperável de Ativos (*Impairment Test*) realizada em 2015, foi revertida a Provisão para Perdas registrada anteriormente no valor de R\$12.056 e constituída nova provisão no montante de R\$29.835, conforme descrito na Nota 11. A Usina Garcia, não teve sua concessão renovada conforme a Lei Federal nº 12.783/13, tendo seus ativos totalmente depreciados até o final da concessão em 07 de julho de 2015, no valor de R\$60.

Em 2015, foi revertida a provisão para perdas, das usinas Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto no valor equivalente a realização da depreciação constituída durante o exercício de 2015, de R\$11.079.

As provisões judiciais foram constituídas de acordo com os critérios previamente definidos pela Administração, conforme relatório emitido pela assessoria jurídica da Celesc G, e devido à redução no risco de perdas em determinados processos judiciais, foi revertida provisão para contingências no valor de R\$1.600.

22. Resultado Financeiro

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receita Financeira		
Renda de Aplicação Financeira	7.422	10.059
Juros Contrato de Mútuo	11.060	-
Acréscimos moratórios s/ faturas de energia	70	-
Ganhos com Participações Societárias	25	2.931
Outras Receitas Financeiras	86	142
	18.663	13.132
Despesas Financeiras		
Ajuste a Valor Presente – UBP	(310)	(303)
Perda com Participações Societárias	(21)	(1.808)
Atualização P&D e eficiência energética	(403)	-
Juros Sobre Capital Próprio	-	(11.835)
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	-	11.835
Outras Despesas Financeiras	(1.162)	(400)
	(1.896)	(2.511)
Resultado Financeiro	16.767	10.621

23. Evento Subsequente

23.1. Contrato de Concessão das Usinas da Celesc G – Leilão nº 12/2015

A Celesc G participou do Leilão nº 12/2015 de Contratação de Concessões de Usinas Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e Potência realizado pela Aneel no dia 25 de novembro 2015.

A Empresa teve êxito no Lote C, arrematando, no referido leilão, as Usinas Garcia, Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de sua propriedade e que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões.

A assinatura do contrato de concessão em 05 de janeiro de 2016 foi mediante o pagamento de bonificação de outorga. O valor da bonificação de outorga é de R\$228,5 milhões, sendo que a 1ª parcela foi quitada em 04 de janeiro de 2016 no valor de R\$148,6 milhões correspondendo a 65% do total, e a 2ª parcela, de R\$79,9 milhões será atualizada pela taxa Selic, com o vencimento em 05 de julho de 2016. Este valor será amortizado pelo prazo de concessão das Usinas.

As Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, possuem concessão até 07 de novembro de 2016. O início do prazo da nova concessão de 30 anos e a alocação em cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, terá vigência a partir de 08 de novembro, conforme disposto no §3º do artigo 1º da Portaria MME nº 218/2015.

A usina Garcia, com potência instalada de 8,92 MW, teve o vencimento da sua concessão em 07 de julho de 2015. O prazo da nova concessão é de 30 anos a partir da assinatura do contrato.

A energia gerada pela usina será alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do SIN. O regime de cotas será de 100% da garantia física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme estabelecido na Resolução nº 2, de 18 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

23.2. Contratação de Debêntures na Celesc G

O Conselho de Administração aprovou, em 27 de janeiro de 2016, a primeira emissão de Debêntures da Celesc Geração S.A. Foi aprovada, ainda, a constituição de fiança pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc, em garantia das Debêntures a serem emitidas pela Celesc G, em razão da qual a Celesc figurará, juntamente com a Celesc G, como devedora solidária e principal pagadora das Debêntures, em termos e condições adicionais a serem previstos no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples.

A Emissão contará com as principais características abaixo:

- (i) Valor Total da Emissão: R\$150 milhões na data de emissão;
- (ii) Número de Séries: a emissão será realizada em uma única série;
- (iii) Quantidade de Debêntures: a Emissão será constituída por 15 mil Debêntures;

- (iv) Valor Nominal Unitário: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10 mil na data de emissão;
- (v) Data de Emissão: a data de emissão das Debêntures será o dia 3 de março de 2016;
- (vi) Conversibilidade, Espécie, Tipo e Forma: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- (vii) Prazo e Vencimento: terão prazo de 24 meses contados da Data da Emissão, de forma que vencerão no dia 3 de março de 2018;
- (viii) Remuneração: (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e (b) Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 125% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI –Depósitos Interfinanceiros;
- (ix) Pagamento dos Juros Remuneratórios: os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária; e
- (x) Amortização do Valor Nominal Unitário: o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Geração S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1, em decorrência da reclassificação descrita na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes à demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a *IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a *IAS 1 - Presentation of Financial Statements*. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC/SP nº 2 011.609/O-8 F-SC

Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC/RS 060571/O-0

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Geração S.A. declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Consoante com o posicionamento dos auditores da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes aprova os referidos documentos e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 29 de março de 2016.

Pedro Bittencourt Neto
(Presidente)

Cleverson Siewert

Ademir Zanella

Antonio Marcos Gavazzoni

Derly Massaud de Anunciação

Ernani Bayer

Luciano Chede

Alberto Ribeiro Güth

José Gustavo de Souza Costa

José Luiz Alquéres

Murillo Barbosa Vianna Neto

Wilfredo João Vicente Gomes

Leandro Nunes da Silva

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei no 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta da administração para destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o relatório dos auditores Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 29 de março de 2016, opina que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas. O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, se manifesta favoravelmente ao aumento do Capital Social da companhia, através de capitalização de parte da reserva de lucros e sem emissão de novas ações.

Florianópolis, 29 de março de 2016.

Paulo da Paixão Borges de Andrade

Antonio Ceron

Guilherme Silva Roman

Luiz Hilton Temp

Telma Suzana Mezia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Celesc Geração S.A. declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração, Transmissão
e Novos Negócios

Antônio José Linhares
Diretor de Assuntos Regulatórios
e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Nelson Marcelo Santiago
Diretor de Gestão Corporativa

Rubens José Della Volpe
Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração, Transmissão
e Novos Negócios

Antônio José Linhares
Diretor de Assuntos Regulatórios
e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Nelson Marcelo Santiago
Diretor de Gestão Corporativa

Rubens José Della Volpe
Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8